

PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Marcos Luiz Wiedemer (UERJ/UNESP)
mlwiedemer@gmail.com

1. Introdução

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), do ensino fundamental (BRASIL, 1997, 1998)¹⁶, constituem um referencial de qualidade para a educação no ensino fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

O termo “parâmetro”, que é a combinação do prefixo grego *par(a)* que indica proximidade + *metr(o)* do latim, que mede, medição ou medida. Considerando o contexto dos PCN, o termo aponta para o significado de medida e este remete aos termos “padrão” ou “limite”. Como é visível, a ideia de padrão está implícita no termo.

Até dezembro de 1996 o ensino fundamental esteve estruturado nos termos previstos pela Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, porém com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9394/96), consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental, e o considera como parte integrante da educação básica, que deve assegurar a todos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, no seu Artigo 22 (BRASIL, 1996). Além disso, a LDB no art. 9º, inciso IV, reforça a necessidade de se “estabelecer, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum”, e incube a União por tal responsabilidade.

Para dar conta desse amplo objetivo, a LDB dispõe, no art. 26º, a organização curricular e confere certa flexibilidade aos componentes curriculares, conforme:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Com isso, a LDB reforça o texto da Constituição Federal de 1988, art. 210 do capítulo III, que dispõe “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de ma-

¹⁶ O Ministério da Educação e do Desporto (MEC) publicou em 1997 e 1998, respectivamente, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) de 1ª a 4ª séries (BRASIL, 1997a) e de 5ª a 8ª séries (BRASIL, 1998), depois de ter divulgado versão preliminar do documento no ano de 1995 (BRASIL, 1995).

neira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”, bem como reforça a necessidade de uma base nacional comum dos componentes curriculares, a ser contemplada pelos PCN. Dando sequência a história, a elaboração dos PCN teve seu início a partir de discussões de propostas curriculares dos Estados e Municípios brasileiros.

2. Princípios e fundamentos dos PCN

Os PCN apresentam uma estrutura organizacional a partir de objetivos gerais para o ensino fundamental, que tem como referência principal a definição das áreas e temas. Esses objetivos destacam capacidades que se relacionam às diferentes dimensões da formação humana integral, e envolvem aspectos cognitivos, afetivos, físicos, éticos e estéticos, tendo em vista a atuação e inserção, de forma expressa formação básica necessária para o exercício da cidadania e nortear a seleção de conteúdos (BRASIL, 1997).

Com isso, o princípio norteador, nos PCN, é coadunado com o exercício da cidadania, que procura garantir o acesso a todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para a intervenção e a participação na vida social. Para tanto, são apontados o domínio da língua falada e escrita, os princípios da reflexão matemática, da explicação científica, as condições de fruição da arte e das mensagens estéticas, entre outros domínios necessários a participação democrática do ser humano. Assim, cabe à escola proporcionar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes práticas de inserção sociopolítica e cultural.

Quanto a sua natureza, os PCN são divididos em quatro níveis de concretização: (a) concretização escolar; (b) propostas curriculares dos Estados e Municípios; (c) elaboração da proposta curricular; (d) realização da programação de atividades de ensino e aprendizagem na sala de aula.

Dessa forma, a orientação proposta nos PCN reconhece a importância da participação construtiva do aluno e, ao mesmo tempo, da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdo específico que favoreça o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo. Porém, os parâmetros consideram a diversidade regional, cultural e política existente no país, e buscam priorizar referências nacionais para as práticas educativas, deixando a responsabilidades aos Estados e Municípios pelas reflexões referentes aos currículos estaduais e municipais. Rojo (2008, p. 28), concordando com esse pensamento, refere:

A construção dos currículos para o ensino fundamental, adequados às necessidades e características culturais e políticas regionais, deverá ser feita pelos órgãos educacionais de estados e municípios e pelas próprias escolas, com base na reflexão fomentada por estes referenciais, pautados essencialmente no processo de construção de cidadania.

Essa inovação dos PCN, no que se refere à transferência de responsabilidade, implica um grande esforço de reflexão para a transposição didática dos princípios e parâmetros norteadores às práticas educativas em sala de aula, ou seja, a construção de currículos plurais e adequados a realidades locais, bem como a implementação de materiais didáticos que atendam as exigências de tal proposta.

3. Estrutura e organização dos PCN

A organização se dá através de sistemas de ciclos e áreas, que são direcionadas aos temas transversais como fonte de trabalho, e reconhece o papel de intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdo específico que favoreça o desenvolvimento das ca-

pacidades necessárias à formação do indivíduo, bem como reconhece a participação construtiva do aluno.

A operacionalização dos conteúdos perpassa pelas ações pedagógicas e da necessidade de intervenções conscientes e planejadas, sendo divididos em *conceituais*, *procedimentais* e *atitudinais*.

O *conteúdos conceituais* referem-se à construção ativa das capacidades intelectuais para operar com símbolos, ideias, imagens e representações que permitem organizar a realidade. A aprendizagem de conceitos se dá por aproximações sucessivas. Os *conteúdos procedimentais* expressam um saber fazer, que envolve tomar decisões e realizar uma série de ações, de forma ordenada e não aleatória, para atingir uma meta. Assim, os conteúdos procedimentais sempre estão presentes nos projetos de ensino, pois uma pesquisa, um experimento, um resumo, uma maquete, são proposições de ações presentes nas salas de aula. Já os *conteúdos atitudinais* permeiam todo o conhecimento escolar. A escola é um contexto socializador, gerador de atitudes relativas ao conhecimento, ao professor, aos colegas, às disciplinas, às tarefas e à sociedade. A não-compreensão de atitudes, valores e normas como conteúdos escolares faz com que estes sejam comunicados, sobretudo de forma inadvertida, e acabam por ser aprendidos sem que haja uma deliberação clara sobre esse ensinamento. Por isso, é imprescindível adotar uma posição crítica em relação aos valores que a escola transmite explícita e implicitamente mediante atitudes cotidianas.

As formas de avaliação são divididas em: (a) inicial (diagnóstica/investigativa); (b) contínua (processual); (c) final. As diferentes formas de avaliar sustentam três visões: o professor, o aluno e a escola. Em relação ao professor, subsidia uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. Ao aluno, é vista como um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e a análise de quais investimentos são necessários na tarefa de aprender determinados assuntos. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

Os objetivos gerais do ensino fundamental são: (a) compreender a cidadania; (b) posicionar-se de maneira crítica; (c) conhecer e valorar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro; (d) perceber-se integrante e agente transformador do ambiente; (e) desenvolver o conhecimento; (f) utilizar de diferentes linguagens; (g) saber utilizar fontes e recursos tecnológicos; (h) questionar a realidade. Os objetivos propostos são dependentes, automaticamente, de uma prática educativa que tenha como eixo a formação do cidadão autônomo e participativo.

O material divide-se em dois grandes conjuntos: (a) séries iniciais (1^a a 4^a); (b) séries finais (5^a a 8^a), e cada conjunto de livro constitui-se de um volume introdutório, referentes às áreas específicas e volumes referentes aos temas transversais. Os objetivos e conteúdos propostos pelos temas transversais devem ser incorporados às áreas já existentes e ao trabalho educativo da escola, numa perspectiva de transversalidade.

O documento introdutório trata da organização dos tempos escolares por ciclos e não em séries, e para o ensino fundamental, a organização se dá em quatro ciclos, compondo cada um de duas séries (1^o Ciclo: 1^a e 2^a série; 2^o Ciclo: 3^a e 4^a série; 3^o Ciclo: 5^a e 6^a série; 4^o Ciclo: 7^a e 8^a série). Além disso, um conjunto de 10 volumes que compõem o material das séries iniciais do ensino fundamental (introdução, língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história e geografia, arte, educação física, apresentação dos temas transversais, meio ambiente e saúde, pluralidade cultural e orientação sexual). Já o

conjunto que compõe os PCN de 5ª a 8ª série constitui-se de dez volumes (introdução, língua portuguesa, matemática, ciência, geografia, história, língua estrangeira, artes, educação física, temas transversais).

O quadro apresentado até aqui, deixa claro a necessidade de determinadas condições essenciais para o desenvolvimento da didática pelo professor em sala aula, tais como autonomia, diversidade, interação e cooperação, disponibilidade para aprendizagem, organização do tempo e do espaço, seleção adequada de material de ensino, entre outras.

4. Os PCN em língua portuguesa do ensino fundamental

Nos PCN do ensino fundamental (BRASIL, 1997, p. 3), encontra-se descrito que, em língua portuguesa, os alunos devem ser capazes de:

- (a) Expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-las com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos - tanto orais como escritos - coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados;
- (b) Utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo adequá-la às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;
- (c) Conhecer e respeitar as diferentes variedades linguísticas do português falado;
- (d) Compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz;
- (e) Valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos;
- (f) Utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos; identificar aspectos relevantes; organizar notas; elaborar roteiros; compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes; fazer resumos, índices, esquemas etc.;
- (g) Valer-se da linguagem para melhorar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capazes de expressar seus sentimentos, experiências, ideias e opiniões, bem como de acolher, interpretar e considerar os dos outros, contrapondo-os quando necessário;
- (h) Usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de reflexão sobre a língua para expandirem as possibilidades de uso da linguagem e a capacidade de análise crítica;
- (i) Conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia.

Quanto à ordem de apresentação dos conteúdos e da abordagem didática nos PCN, verificam-se: atividades de leitura, de produção textual e atividades de análise linguística.

Segundo o documento, PCN, ao longo dos oito anos de Ensino Fundamental, espera-se que os alunos adquiram progressivamente uma competência em relação à linguagem que lhes possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado (BRASIL, 1997, p. 33). Assim, cabe à escola promover que o aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, e produzir textos eficazes nas mais variadas situações, conforme (p. 27):

Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações etc.

Mais explicitamente as práticas do eixo do uso da linguagem estão relacionadas à concepção enunciativa da linguagem e envolve aspectos como “historicidade da linguagem e da língua e aspectos do contexto de produção dos enunciados em leitura/escuta e

produção de textos orais e escritos; implicações do contexto de produção na organização dos discursos (gêneros e suportes) e implicações do contexto de produção no processo de significação” (BECKER; MÉA, 2008, p. 126).

Quanto à prática da análise linguística, lê-se na página 18:

A atividade de análise linguística supõe o planejamento de situações didáticas que possibilitem a reflexão não apenas sobre os diferentes recursos expressivos utilizados pelo autor do texto, mas também sobre a forma pela qual a seleção de tais recursos reflete as condições de produção do discurso e as restrições impostas pelo gênero e pelo suporte. Supõe, também, tomar como objeto de reflexão os procedimentos de planejamento, de elaboração e de refacção dos textos.

Ainda sobre o assunto, na página 20, “deve-se ter claro, na seleção dos conteúdos de análise linguística, que a referência não pode ser a gramática tradicional”.

Em relação à ortografia, os PCN propõem que a intervenção do professor se dê em dois níveis: produtivo e reprodutivo. No nível produtivo, o conhecimento é ensinado de forma explícita, por exemplo, regras ortográficas. Já no nível reprodutivo, o aluno é submetido a atividades de memorização de grafias.

5. Considerações finais

Neste texto, procuramos apresentar uma síntese dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, do ensino fundamental, na área de língua portuguesa, de modo a fornecer um texto didático ao leitor, bem como participante da oficina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, L. P.; MÉA, C. H. P. D. A língua portuguesa nos parâmetros curriculares nacionais – um caso de inclusão ou exclusão da linguagem coloquial? *Disc. Scientia*. Série: Artes, Letras e Comunicação, S. Maria, v. 9. n. 1, 2008, p. 115-133. Disponível em: <<http://sites.unifra.br/Portals/36/ALC/2008/a%20lingua.pdf>>.

BRASIL. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais* – Documento Introdutório. Versão Preliminar. Brasília: MEC/SEF, novembro, 1995.

_____. *Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, no 248, 23/12/1996, 1996.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais* (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/SEF, 10 volumes, 1997.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais* (5ª a 8ª séries). Brasília: MEC/SEF, 1998.

ROJO, R. (Org.). *A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN*. São Paulo: EDUC, Campinas: Mercado de Letras, 2000.

